

## O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho \*

Elisabeth Souza Lobo

Este texto percorre um itinerário dos estudos sobre o trabalho feminino em suas várias problemáticas e abordagens, privilegiando algumas e as discutindo à luz dos enfoques que iluminaram a produção no campo da Sociologia e da História Social Brasileira.

Em primeiro lugar, situo os espaços do tema na Sociologia do Trabalho relacionando-o às problemáticas dominantes. Em segundo lugar, trato de reconstituir as configurações e problemáticas nos estudos sobre trabalho feminino e trabalhadoras, na sua particularidade ou nas relações com as abordagens da Sociologia do Trabalho e da História Social, a saber: (a) do desenvolvimento e modernização à divisão sexual do trabalho; (b) divisão sexual do trabalho: qualificação, carreiras e subjetividade; (c) trabalhos do gênero na sociologia do trabalho.

Cada uma destas três vertentes implica questões e enfoques próprios ou articulados uns aos outros. Trato de discutir pelo menos alguns, sem pretender um levantamento extensivo. Para concluir, volto a uma questão: o gênero será mesmo uma

categoria de trabalho<sup>1</sup> na sociologia do trabalho?

### 1. O Trabalho Feminino na Sociologia do Trabalho Brasileiro

Talvez em algum momento nos fins da década de 70 e início dos anos 80 tivesse sido possível afirmar que havia no Brasil um debate político e cultural intenso sobre o tema do trabalho feminino e até mesmo que, se a produção sociológica não era impactante no conjunto da disciplina, pelo menos poderia ser considerada promissora.<sup>2</sup>

Mas, se nem do ponto de vista quantitativo a produção sociológica sobre trabalho feminino se multiplicou, como no caso de outros países, do ponto de vista qualitativo aconteceu aqui o mesmo problema diagnosticado por B. Becalli: "a variável sexo não tem um estatuto central na sociologia do trabalho",<sup>3</sup> e nem o tem tampouco para a economia do trabalho, o que também ocorre na Itália conforme o mesmo diagnóstico.

\* N.E. A presente versão foi apresentada no XIV Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 1990, quando obteve aprovação para publicação pelo Conselho Editorial do *BIB*. A autora preparava a versão definitiva quando foi colhida pelo acidente que resultou na sua morte. Em respeito ao zelo e à maneira criteriosa que Elisabeth Lobo sempre imprimiu aos seus trabalhos, a Editoria do *BIB* solicitou pequenos esclarecimentos a Helena Hirata, Regina Morel, Paola Cappellin, Elina Pessanha, Alice Abreu e Marco Aurélio Garcia.

A comparação com outras observações de Bianca Becalli pode ser sugestiva. Ela argumenta que para a Antropologia, para a Economia do Trabalho e até mesmo para a Psicologia o tema se coloca no centro da pesquisa empírica e da teorização. Seria impensável um antropólogo que ignorasse a divisão sexual do trabalho ao estudar sociedades em que o funcionamento da família e da economia se sobrepõem, ou, no caso dos economistas do trabalho seria impossível ignorar as conexões entre segmentação do mercado, diferenças salariais e divisão sexual do trabalho. Na Psicologia, o recente debate internacional sobre os mecanismos de formação do juízo moral no masculino e no feminino leva até ao questionamento dos paradigmas da disciplina. Nada disso parece ocorrer na Sociologia do Trabalho italiana que permanece em grande parte pouco permeável às discussões suscitadas pela produção sobre o trabalho feminino.

E na Sociologia do Trabalho brasileira?

Os argumentos de Bianca Becalli assinalam que o núcleo forte da Sociologia do Trabalho — o estudo da fábrica, dos postos de trabalho — não incorporou a problemática do trabalho feminino. Na Sociologia do Trabalho brasileira, o núcleo forte terá sido, até quase o final dos anos 70, o dos estudos sobre o sindicalismo corporativo.<sup>4</sup> Os estudos posteriores sobre industrialização e atitudes operárias não se detiveram sobre o trabalho feminino. A exceção mais importante terá sido o estudo clássico de Aziz Simão que não por acaso será o orientador de uma das primeiras teses sobre trabalho feminino.<sup>5</sup>

Pensar por que os estudos clássicos sobre a industrialização e a estrutura da classe operária brasileira permaneceram impermeáveis a sua composição sexuada exige uma discussão teórica. Na verdade essa composição foi uma característica bem nítida na classe trabalhadora da Primeira República, onde as operárias têxteis e as costureiras constituíam um percentual importante<sup>6</sup> e, além de tudo, presente nas lutas operárias e na imprensa do período, principalmente anarquista.

A questão da "invisibilidade" das operárias foi objeto de diferentes abordagens: num primeiro momento pensou-se que a "viabilização" seria possível a partir da multiplicação dos estudos sobre as mulheres trabalhadoras. J. Scott apontou as dificuldades da historiografia positivista para explicar por que a história operária ignorara as mulheres e como a multiplicação

dos estudos sobre as operárias não modificou as definições estabelecidas das categorias analíticas.<sup>7</sup>

De fato a análise da questão supõe a interpelação de categorias e metodologias que orientaram tanto a história social quanto a sociologia do trabalho. Em primeiro lugar coloca-se a questão quase consensual de que é um falso problema buscar uma causa original da subordinação das mulheres. Isto significa o abandono de uma lógica causal fundada numa estrutura fatalmente determinante, por uma análise compreensiva que constrói significações. Trata-se pois de pesquisar *como* a subordinação das mulheres se construiu historicamente, nas práticas, nas culturas, nas instituições.<sup>8</sup>

Sociólogos e historiadores trabalharam com um conceito de classe construído através de uma representação masculina do operário e embora tenha sido afirmado incansavelmente que "a classe operária tem dois sexos",<sup>9</sup> na verdade era preciso reconhecer que *a classe era masculina*, ou seja, que o conceito remetia a uma posição estrutural. A análise das práticas diferenciadoras permanecia num segundo nível de explicitação. Apesar do conceito apontar para um paradigma que se pretendia universal — de classe — os estudos sobre as práticas e a consciência operárias vão tornar evidente que se fundava numa generalização das práticas masculinas.

O campo da sociologia marxista está balizado por alguns marcos bem definidos: sociedade de classes, a industrialização capitalista e a luta de classes. A classe, pensada como o sujeito tem uma situação estrutural e posições apenas matizadas pela luta de classes que por sua vez expressa as formas de consciência de classe. A universalidade da relação de classe apenas admite uma situação específica das mulheres enquanto mais exploradas frente ao universal masculino. Mas sua situação ambígua no trabalho produtivo, na medida em que são precariamente operárias, as exclui da classe operária.<sup>10</sup>

Esta não é uma abordagem cronologicamente datada, mas atravessa uma linha de análise marxista ortodoxa, fundada no estudo das contradições capital-trabalho e na consciência de classe como "consciência global do seu ser social".<sup>11</sup>

O segundo campo importante na sociologia do trabalho está constituído pelas abordagens sobre industrialização, desenvolvimento e modernização dominantes até os anos 60/70. Se estes estudos só ocasionalmente incorporam, de forma descritiva o trabalho feminino, é no entanto dentro

de seu campo teórico que se situam as teses e pesquisas pioneiras sobre o trabalho feminino realizadas nos anos 70.<sup>12</sup>

## 2. A Problemática do Trabalho Feminino

### a) *Do Desenvolvimento e Modernização à Divisão Sexual do Trabalho*

No Brasil dos anos 60 e de parte dos anos 70, a idéia de que as sociedades com “participação limitada”, marcadas por baixas taxas de crescimento econômico e profundas distorções na distribuição de renda, designavam às mulheres um papel subordinado na sociedade, se articulava com a tradição economicista, presente no discurso das Ciências Sociais, que deduzia a subordinação econômica à subordinação social das mulheres.<sup>13</sup>

Estas abordagens guardavam pontos em comum, originados do privilegiamento da explicação estrutural na análise dos trabalhos femininos e na referência às dicotomias tradicionalismo/modernização, subdesenvolvimento/desenvolvimento. Segundo sua lógica, a subordinação das mulheres, própria às sociedades tradicionais, se resolveria pela modernização/desenvolvimento das forças produtivas, ou ao contrário, a modernização e o desenvolvimento capitalista acentuavam a subordinação das mulheres na sociedade de classe e sua exclusão do mercado de trabalho industrial (tese de Saffioti) e da produção agrícola (tese de Madeira e Singer).

A análise do trabalho feminino partia de uma evidência empírica — a diminuição da mão-de-obra feminina na indústria têxtil durante os anos 50, 60 e 70, e na aplicação da hipótese de Marx sobre a força de trabalho feminina como parte do exército industrial de reserva. A hipótese parecia pertinente uma vez que efetivamente se observou um decréscimo da mão-de-obra feminina na indústria e que as características da inserção das mulheres no trabalho industrial correspondiam a um perfil de intermitência, baixas qualificações e baixos salários, um perfil que Cheiwa Spindel caracterizara como o de “trabalhadores de menor valor”, utilizadas pelo capitalismo como excedente de mão-de-obra submetidas a altas taxas de exploração.<sup>14</sup>

Estas pesquisas contribuíram largamente para o processo de “visibilização” do trabalho feminino, e suas hipóteses sobre as mulheres como exército industrial de reserva só foram contestadas quando a pro-

blemática da divisão sexual do trabalho foi desenvolvida já nos anos 80.

No entanto, o quadro explicativo da “modernização” — como “processo complexo e contraditório de mudanças ocorridas no país nas estruturas produtivas, nas formas de organização do trabalho e nas relações sociais (entre classes, entre sexos) e que conduziram a sociedade brasileira à configuração predominantemente capitalista e industrial”<sup>15</sup> permaneceu constante num segundo tipo de abordagem sobre o trabalho feminino — desta vez pelo ângulo da “reprodução das desigualdades” e das “estratégias de sobrevivência”.

A formulação dessa problemática reflete já a preocupação que invade as Ciências Sociais no Brasil dos anos 70 em torno das transformações nas relações econômicas e sociais — migração, degradação dos salários reais, industrialização acelerada. Elas estão na raiz da expansão do trabalho feminino e infantil, perceptível no final da década. Mas o objetivo fundamental é a indagação sobre o significado do trabalho feminino para a organização familiar.<sup>16</sup>

Estes estudos trazem uma contribuição fundamental pois associam família e trabalho. No entanto, a reflexão tende a privilegiar a organização familiar, e seu projeto estratégico, subsumindo integralmente as mulheres como atores sociais. Permanece isto sim a relação entre vida familiar e mercado de trabalho e a diferenciação na formulação das estratégias familiares segundo as diferenciações dos grupos sociais. Novamente não se trata de uma linha de abordagem datada, mas que informa fundamentalmente as pesquisas sobre mercado de trabalho. Uma pesquisa recente sobre mercado de trabalho na Grande São Paulo retoma algumas teses sobre a articulação trabalho produtivo e espaço de reprodução — a família, e do trabalho feminino como parte da estratégia familiar, sendo organizado pelo grupo familiar, acrescentando como terceira característica básica e estrutural sobre a natureza do trabalho feminino o fato de que ele se insere no quadro da Divisão Sexual do Trabalho decorrente da divisão sexual dos papéis na sociedade.<sup>17</sup>

A importância desta abordagem em termos de “viabilização” é novamente indiscutível, no entanto, o problema consiste na visão estrutural sobre a natureza do trabalho feminino o que impede a problematização das formas históricas e culturais da divisão sexual do trabalho e fixa-as em termos de reprodução dos papéis sociais.

b) *Divisão Sexual do Trabalho: as metamorfoses de uma problemática*

As pesquisas sobre o trabalho feminino articuladas à dinâmica do mercado de trabalho apontaram a segregação ocupacional — os grandes “guetos ocupacionais” da mão-de-obra feminina.<sup>18</sup> Este problema se vê reforçado pelas teses sobre a segmentação do mercado de trabalho que incluiu as mulheres nos grupos de mão-de-obra secundária — caracterizados pela instabilidade, baixos salários e desqualificação.<sup>19</sup>

Os estudos sobre mercado de trabalho incluem a variável feminina, mas só aquelas(es) mais particularmente preocupadas (os) com o trabalho feminino vão se interrogar mais detidamente sobre a relação sexo/mercado.

Por outro lado, no contexto da Sociologia do Trabalho brasileira se desenvolve no início dos anos 80 a pesquisa sobre processo de trabalho, e organização do trabalho fabril. Não se trata aqui de analisar em detalhe como este núcleo duro da sociologia do trabalho se constitui e se expande, as influências e trajetórias de sua constituição como campo de pesquisa. O certo é que passa a ser uma temática importante e onde os estudos sobre o trabalho feminino fabril encontram um espaço.

A tentação positivista sempre pode sugerir que uma vez dentro da fábrica e diante da *diferenciação entre operárias e operários*, pesquisadores(as) foram levados(as) a problematizar esta diferenciação, mas os muitos exemplos em que o sexo dos(as) operários(as) permanece oculto afastam a ilusão positivista. Na verdade, foram muito mais as(os) pesquisadoras(es) que já estudavam o trabalho feminino que problematizaram a divisão sexual do trabalho na fábrica.<sup>20</sup>

Os aportes teóricos mais imediatos incidem no questionamento das teorias do exército industrial de reserva e da segmentação do mercado de trabalho, no estudo das qualificações e da gestão da mão-de-obra. As pesquisas de Hirata & Humphrey sobre as trajetórias profissionais operárias no período da crise de 1981 a 1983 e a retomada econômica após o Plano Cruzado permitiram relacionar divisão sexual do trabalho e dinâmica do mercado de trabalho concluindo que as operárias não são simplesmente substituídas por operários, nem estes por aquelas. A divisão sexual do trabalho tende a preservar o equilíbrio entre emprego feminino e masculino, conforme a dinâmica de emprego dos distintos setores

empregados de mão-de-obra feminina ou masculina. Por outro lado as trajetórias profissionais se articulam diferentemente com qualificações, para operários e operárias. Estas tendem a voltar ao trabalho industrial, passada a crise, na razão direta de sua qualificação. Por outro lado, os estudos da repartição dos postos de trabalho e das qualificações masculinas e femininas mostram que “o conjunto da mão-de-obra feminina não está marcado pela precariedade e a instabilidade e que as teorias de segmentação ao analisarem a ocupação feminina sobreestimam os mecanismos de mercado e subestimam as formas de segregação no processo de trabalho”.<sup>21</sup>

Paralelamente, o questionamento e a redefinição das qualificações — que se tornará uma questão central para a sociologia do trabalho face às mudanças tecnológicas no processo de trabalho, está igualmente suscitado pela divisão sexual do trabalho ao apontar os critérios de qualificação masculinos e femininos — “os talentos das mulheres e a qualificação dos homens”. Outro tema forte da sociologia do trabalho — as estratégias da gestão apontam as diferenciações entre mecanismos destinados a uma mão-de-obra masculina e feminina: a importância diferenciada da formação de mão-de-obra, dos incentivos sociais, da estabilidade quando dirigidos a operários ou operárias.

Mas muito mais do que as precisões pontuais que a problematização em termos de divisão sexual do trabalho permitiu para a análise empírica nas pesquisas na sociologia do trabalho, parece-me fundamental a problematização das qualificações, das trajetórias ocupacionais e das formas de gestão como construções históricas e sociais como apontavam os primeiros trabalhos de Ruth Milkman, ao estudar a indústria elétrica e automobilística. É certo, no entanto que parte da produção, especialmente brasileira que problematizou a divisão sexual do trabalho, o fez ainda relacionando *divisão sexual do trabalho e patriarcado*.<sup>22</sup> A formulação do patriarcado, mesmo relativizada pelas diferenciações históricas, permanece no quadro de referências a uma estrutura determinante, fundada nas bases materiais. De uma certa forma, o patriarcado funda a divisão sexual do trabalho e é por sua vez fundado nas bases materiais da sociedade. Ou, o que me parece seguir um raciocínio semelhante: as relações sociais organizam as divisões da sociedade e a divisão sexual do trabalho é um *locus* fundamental das relações entre os sexos. A historicidade da divisão sexual do

trabalho e seu conteúdo de construção cultural me parecem aqui perdidos na medida em que se restabelecem relações de determinação estrutural. Como aponta Sheila Rowbothan, a palavra “patriarcado” coloca muitos problemas: remete a uma forma universal e histórica de opressão, com fortes marcas biologizantes ou ainda produz “um modelo feminista de base-superestrutura”, uma estrutura fixa, enquanto que as relações entre homens e mulheres são tanto mutáveis quanto fazem parte de heranças culturais e institucionais, implicam reciprocidades tanto quanto antagonismos.<sup>23</sup>

Como conceito pertinente para pensar as relações no trabalho — que são um aspecto das relações sociais entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho não esgota a problemática destas relações, na medida em que elas comportam construções culturais e históricas, interdependentes e complementares. As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino — os gêneros. Neste sentido a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero. Por que o uso do gênero como categoria analítica? Porque justamente constrói ao mesmo tempo uma relação social/simbólica sem estabelecer uma mecânica de determinação.<sup>24</sup>

De fato, a problemática da Divisão Sexual do Trabalho se articula com a categoria gênero e abre espaço para se pensar as novas questões que preocupam a sociologia do trabalho: as “metamorfoses” do trabalho e o seu questionamento, a subjetividade no trabalho, e as identidades no trabalho, o problema de igualdade e diferenças e as formas contemporâneas da gestão e de políticas sociais.

### c) Os Trabalhos do Gênero na Sociologia do Trabalho

A categoria não é própria da sociologia do trabalho. Para chegar a ela, seja-me permitido percorrer um caminho duplamente heterodoxo — ao campo da sociologia do trabalho e a um conjunto de conceitos.

Por um lado o conceito remete à construção de significados culturais. No campo específico das relações de trabalho, estes significados foram construídos na multiplicação dos estudos da história social e dos estudos de cultura. Foram estes estudos que geraram uma nova linguagem para falar da subjetividade no trabalho, aponta

Cynthia Cokburn, “remetendo talvez mais precisamente ao percurso da produção anglo-saxônica, uma vez que o percurso da produção francesa, por exemplo, passa talvez mais pelas formulações da *psicopatologia do trabalho*. Não existem áreas separadas institucionalmente da vida social nas quais as formas de consciência se constituem: mentalidades e subjetividades se formam e se expressam em cada esfera da existência” — inclusive no trabalho e, inclusive, no trabalho tecnológico.<sup>25</sup>

Vários caminhos apontam para as formas históricas e culturais das relações de trabalho, e mais ainda para a relação de trabalho como interação que envolve subjetividades. O gênero é uma das dimensões destas subjetividades. Quando a relação de trabalho se cristaliza ou se universaliza — as estratégias empresariais e as práticas de trabalho tornam-se efeitos de lógicas abstratas apenas adjetivadas pela vida quotidiana.

Mas se o trabalho deixa de ser uma operação física que envolve uma “força de trabalho e se torna uma prática comunicativa, nem os gestos, nem a linguagem da gestão e das(os) trabalhadoras(es) pode ser generalizada. E a gestão mesmo compreende isto quando trabalha cada vez mais com linguagens individualizadas, quando apela à participação”. O gênero aponta então para esta nova questão que persegue a sociologia do trabalho; a redefinição da própria relação (ou melhor, interação) do trabalho.<sup>26</sup>

Aqui se colocam várias questões relativas à formação de coletivos e à possibilidade de práticas coletivas. Tradicionalmente se apontam as dificuldades de ações coletivas entre as trabalhadoras — seja nos estudos de greves, seja nos estudos de caso. As práticas coletivas são pois mesmo que involuntariamente sexualizadas, assim como as relações com a tecnologia ou com a formação profissional ou com as carreiras.

Aqui, novamente, mais além da descrição empírica das diferenças, abre-se o caminho para uma problematização de diferenças e igualdades.

Se as relações com o trabalho e com o emprego são diferentes entre homens e mulheres, isto significa que se devem cristalizar carreiras diferentes, mesmo que paralelas em termos de qualificações, postos, salários, promoções? Os estudos de caso apontam esta como a solução mais freqüente.<sup>27</sup> Por outro lado, no contexto brasileiro, a problemática da igualdade,

diferença no trabalho, é ainda quase uma referência teórica, atualizada apenas no tema da diferenciação pela legislação do trabalho sobre a maternidade e sobre a aposentadoria. Quando é necessário contemplar diferenças entre trabalhadores e trabalhadoras, quando é necessário evitar cristalização de diferenças que criem situações de desigualdade? A tendência de uma legislação protetora das mulheres trabalhadoras, especialmente no que diz respeito à maternidade é enraizada na legislação trabalhista brasileira e ambigualmente, a possibilidade da aposentadoria mais cedo *reforça esta proteção* mesmo se sob o argumento justo do reconhecimento da "dupla jornada" das mulheres.

O gênero fornece aqui os critérios para a definição de políticas sociais tanto quanto para as estratégias de gestão e organização do trabalho mesmo se a diferença de gênero não está explicitada nos discursos. Logo, a noção de gênero remete ao discurso sobre o masculino e o feminino, naquilo que parecia ser exclusivamente uma relação técnico/organizativa. Neste sentido o uso do gênero na sociologia do trabalho coincide com a problematização das subjetividades e também com as identidades

presentes no mundo do trabalho. Mas, observa Bianca Becalli: "a idéia de que a identidade coletiva feminina possa ser um aspecto significativo da *identidade de classe* permanece em geral ausente do debate político ou da investigação dos estudiosos". Cynthia Cokburn, por sua vez, avança a hipótese de que "a luta em que muitas mulheres estão hoje engajadas buscando obter competência técnica na ciência, na engenharia, nas salas de aula ou nos locais de trabalho é uma luta muito mais 'pela desmasculinização' do que pela qualificação".<sup>28</sup>

O que ocorre é que trabalhamos ainda, e especialmente na Sociologia do Trabalho brasileira com conceitos fundados em relações estruturais onde as representações simbólicas, as linguagens são neutras; as linguagens de classe como as linguagens do trabalho.

Mas, se chegarmos a conceituar as linguagens do trabalho, talvez o gênero, por definição, tenha finalmente um lugar na *sociologia daquilo que virá a ser o trabalho* na sociedade brasileira.

(Recebido para publicação  
em outubro de 1990)

#### Notas

1. Remeto ao título do artigo de Scott (1988).
2. Ver Becalli (1989).
3. *Idem*, p. 187.
4. Mesmo que alguns dos estudos clássicos tenham relacionado mais estreitamente industrialização e composição da força de trabalho, e por isso mesmo tenham sido levados a apontar a presença das mulheres, assinalando sua segregação no mundo fabril. Ver Simão (1981).
5. Blay (1978).
6. 33,7% do proletariado industrial segundo o Censo de 1920 citado por Pena (1981:92).
7. Scott (1988:17).
8. Ver também Cokburn (1990) e Milkman (1987). Observa-se a mesma abordagem — ainda que com implicações diferentes — em Kergoat (1990).
9. Ver os trabalhos de Kergoat (1978) e Rodrigues (1978).
10. Quando não ignora o sexo dos operários, a análise separa as operárias da classe: "o frágil vínculo que a mulher mantém com a condição operária produz um estado, por assim dizer, de apatia profissional. Em nenhum momento da pesquisa pôde-se constatar a participação feminina nos conflitos trabalhistas. Pelo contrário, as operárias sempre aparecem como um grupo à parte, desinteressado e ausente dos problemas da classe". (Frederico, 1979:58).

11. Ver entre outros Antunes (1988:176). A citação é de Mészáros, I, 1973.
12. Ver em particular os trabalhos de Saffiotti (1976), Blay (1978), Madeira e Singer (1975:13).
13. Ver CEPAL (1969) e ONU (1984). Ver também Lobo (1985) e Hirata (1988).
14. Ver Spindel (1983).
15. Ver Hirata (1988).
16. Ver Bilac (1978).
17. Ver Ferreira (1989). Para uma perspectiva mais diferenciada, ver Montali (1990:58-69) e Silva Telles (1986: Cap. VI e Conclusão).
18. Ver Bruschini (1988).
19. Ver Saffiotti (1981).
20. Ver Hirata (1981), Humphrey (1984), Abreu (1986) e Lobo e Soares (1986).
21. Ver Hirata e Humphrey (1988), e Hirata (1990), Silva (1985) e Neves (1983).
22. Ver Milkman (1987). Elida Rubini Liedke no seu detalhado e rico estudo remete ao patriarcado na sua definição clássica de "estruturação de relações sociais entre homens e mulheres cujas bases materiais encontram-se nos modos como as sociedades historicamente dadas organizam suas vidas, as formulações ideológicas do patriarcado fazem parte da hegemonia cultural nessas sociedades" (Liedke, 1989:12).
23. Ver Kergoat (1990) e Rowbothan (1984:248-256).
24. Ver Varikas (1990). E sobre os usos do gênero ver especialmente Scott (1988:28). Uma tentativa de análise nestes termos está em Lobo e Soares (1986) e Lobo (1989:275-294).
25. Ver Cokburn (1990). A citação é de Johnson (1979). Para a discussão inglesa ver Scott (1988) e Samuel (1984). Para uma síntese de discussões na França ver Dejours (1988).
26. Ver Philippe Zarifian (1990) e Hirata (1990).
27. A existência de carreiras paralelas está apontada na pesquisa de Liedke, Hirata e Humphrey (1988) e Lobo e Soares (1986).
28. Ver Becalli (1989:196) e Cokburn (1990:12).

#### Bibliografia

- Abreu, Alice Rangel de Paiva  
1986. *O Avesso da Moda*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- Antunes, Ricardo  
1988. *A Rebeldia do Trabalho — O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80*. São Paulo, Ensaio/Ed. Unicamp.
- Becalli, Bianca  
1989. *Il Lavoro Femminile in Italia: Linee di Tendenza de la Analisi Sociologica*. In *Sociologia del Lavoro*, n. 35-36, pp. 187-199.
- Bilac, Elizabeth Dória  
1978. *Famílias de Trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência*. São Paulo, Ed. Símbolo.

- Blay, Eva  
1978. *Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista*. São Paulo, Ática.
- Bruschini, Cristina  
1985. *Mulher e Trabalho: Uma Avaliação da Década da Mulher*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- CEPAL  
1969. *El Pensamiento de la Cepal*. Santiago do Chile, Editorial Universitária.
- CEPAL  
1984. *La Mujer en el Sector Popular Urbano*. Santiago do Chile, Ed. Nações Unidas.
- Cokburn, Cynthia  
1990. Technical Competence, Gender Identity and Women's Autonomy. XII World Congress of Sociology, Madrid.
- Dejours C. (sous la direction de)  
1988. *Plaisir et Souffrance dans le Travail*. Paris, Ed. Aocip.
- Ferreira, Jussara M.N.  
1989. "A Participação da Mulher no Mercado de Trabalho da Grande São Paulo — 1985-87", in *Mercado de Trabalho na Grande São Paulo*. São Paulo, SEADE/DIEESE, março.
- Frederico, Celso  
1979. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo, Ed. Ática.
- Hirata, Helena  
1981. "Division Sexuelle du Travail et le Rôle de L'Etat: L'Exemple Brésilien". *Critiques de l'Economie Politique*, n. 17.
- Hirata, Helena  
1988. *Processos de Modernização: a Mulher na Produção Industrial*. ANPOCS, GT A Mulher na Força de Trabalho, setembro.
- Hirata, Helena  
1990. Notes sur les Apports d'une Problématique en Termes de Rapports Sociaux de Classes et de Sexes (et/ou de Division Sociale et Sexuelle du Travail) à ma Recherche. Paris, Gedisst, mimeo.
- Hirata, Helena e Humphrey, John  
1988. "Trajectoires et Activité", *Cahiers APRE*, n. 7, vol. I, Paris.
- Humphrey, John  
1984. "Trabalho Feminino na Grande Indústria Paulista". São Paulo, *Cadernos do CEDEC*, n. 3.
- Johnson, R.  
1979. "Three Problematics: Elements of a Working Class Culture", in J. Clarke et al (ed.), *Working Class Culture*, Hutchinson.
- Kergoat, Danièle  
1978. "Ouvriers — Ouvrières?" *Critiques de l'Economie Politique*, n. 5, oct-nov.
- Kergoat, Danièle  
1990. *Des Rapports Sociaux de Sexe et de la Division Sexuelle du Travail*. Paris, Gedisst, Journée d'Etude, Juin, mimeo.
- Liedke, Elida Rubini  
1989. A Diferenciação da Força de Trabalho na Empresa. Um Estudo de Caso na Indústria Eletrônica. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1, n. 1, UFRGS, julho.

- Lobo Elisabeth Souza  
 1985. "Do Desenvolvimento à Divisão Sexual do Trabalho" — estudos sobre "os trabalhos das mulheres". Montevideo, GRECMU, 1985. *Paper* apresentado na Conferência Mundial do Decênio das Nações Unidas para a Mulher, organizada pela ONU, em Nairobi, Quênia, julho.
- Lobo, Elisabeth Souza  
 1990. "Trabalhadoras, Trabalhadores: o Dia a Dia das Representações", in Anais do Seminário Padrões Tecnológicos e Política de Gestão, Comparações Internacionais, maio/agosto, 1989, CODAC, USP.
- Lobo, Elisabeth Souza e Soares, Vera  
 1986. Masculino e Feminino na Linha de Montagem. ANPOCS, 1985, GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais. In Anais do Seminário Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. UFCE/FINEP/ANPOCS/CNPq, vol. II.
- Madeira, F. e Singer, P.  
 1975. "Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil 1920-1970", *Cadernos CEBRAP*, n. 15.
- Mészáros, I.  
 1973. "Conciencia de Clase Contingente y Necesaria", in Mészáros, I. (org.), *Aspectos de la Historia y la Conciencia de Clase*. UNAM, *Serie Estudios* 32, México.
- Milkman, Ruth  
 1987. *Gender at Work*, Urbana and Chicago, University of Illinois Press.
- Montali, Lilia  
 1990. "Arranjos Familiares: O Esforço Coletivo para Viver na Grande São Paulo", *Cadernos de Pesquisas*, n. 72, Fundação Carlos Chagas.
- Neves, Magda M. Bello de Almeida  
 1983. *Condição Feminina, Condição Operária: um Estudo de Caso sobre Operárias Têxteis*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, UFMG.
- ONU  
 La Mujer en el Sector Popular Urbano. Santiago do Chile, Ed. das Nações Unidas.
- Pena, Maria Valéria Junho  
 1981. *Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Rodrigues Arakcy Martins  
 1978. *Operário. Operária*. São Paulo, Ed. Símbolo.
- Rowbothan, Sheila  
 1984. "Lo Malo del 'Patriarcado'", in Raphael Samuel (ed.), *Historia Popular y Teoría Socialista*. Barcelona, Ed. Crítica.
- Saffiotti, Heleieth  
 1976. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Saffiotti, Heleieth  
 1981. *Do Artesanal ao Industrial: a Exploração da Mulher*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- Scott, J.  
 1988. "Gender: a Useful Category of Historical Analysis", in *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press.
- Scott, J.  
 1988. "Womens's History", in *Gender and the Politics of History*, New York, Columbia University Press.

- Silva Telles, Vera.  
1986. A Família e seus Personagens (in Projeto Modo e Condição de Vida. Uma análise das Desigualdades Sociais na Região Metropolitana de São Paulo) CEDEC/DIEESE.
- Silva, Lorena H.  
"Mulheres Trabalhadoras: Problemas e Conquistas", *Cadernos de Estudos*, n. 15. Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia, UFRGS.
- Simão, Aziz  
1981. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Ed. Ática.
- Spindel, Cheiwa  
1983. "O Uso do Trabalho da Mulher na Indústria do Vestuário", in Carmem Barroso e Albertina Oliveira Costa (orgs.), *Mulher, Mulheres*. São Paulo, Ed. Cortez/Carlos Chagas.
- Varikas, Eleni  
1990. Quelques Réflexions en Vrac à Propos de l'Usage de Genre. Rapports Sociaux de Sexe et Division Sexuelle du Travail. Paris, Gedisst Journée d'Etudes, Juin.
- Zarifian, Philippe  
1990. "As Novas Abordagens da Produtividade", in Rosa Sales de Melo Soares, *Gestão da Empresa — Automação e Competitividade*. Brasília, IPEA/IPLAN.